

## **DELIBERAÇÃO Nº 061/2025 – CEDIPI/PR**

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal de 1988 prevê, em seu artigo 230: “A família, a sociedade e o Estado têm o dever de amparar a pessoa idosa, assegurando sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade e bem-estar e garantindo-lhe o direito à vida”;

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, que instituiu a Política Nacional do Idoso, e define a articulação entre os entes federados para a execução das ações de proteção e promoção dos direitos da pessoa idosa;

**CONSIDERANDO** que a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), que dispõe ser obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar à pessoa idosa a efetivação dos direitos fundamentais especialmente à vida, à saúde, à alimentação e à dignidade;

**CONSIDERANDO** a Lei Estadual nº 16.732, de 27 de dezembro de 2010, que institui o Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR, e o Decreto Estadual nº 5.612, de 29 de novembro de 2016, que o regulamenta;

**CONSIDERANDO** a Lei Estadual nº 19.252, de 6 de dezembro de 2017, que dispõe sobre a Política Estadual da Pessoa Idosa e, em seu Capítulo V, normatiza o financiamento fundo a fundo;

**CONSIDERANDO** o disposto no Artigo 29 da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas, que determina que os Estados Partes adotem todas as medidas específicas necessárias para assegurar a integridade, a proteção e os direitos da pessoa idosa em situações de risco, inclusive em contextos de emergências humanitárias e desastres, em consonância com o direito internacional dos direitos humanos e o direito internacional humanitário;

**CONSIDERANDO** a Deliberação nº 035/2024 – CEDIPI/PR, que instituiu o Programa Cuida Mais Paraná, que pressupõe resultados significativos na melhoria da qualidade de vida e da saúde das pessoas idosas participantes.

**CONSIDERANDO** a necessidade de estabelecer um mecanismo administrativo ágil e transparente para permitir que a solidariedade da sociedade civil e empresarial se converta em resposta imediata à população idosa afetada por situações de calamidade pública ou emergencial;

O Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – CEDIPI/PR, reunido extraordinariamente em 14 de novembro de 2025 no uso de suas atribuições regimentais,

## DELIBERA

**Art. 1º** Fica instituída a Linha de Ação “**Aliança pelo Cuidado - Calamidades Públicas e Emergências**” para Calamidades Públicas no âmbito do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR, com o objetivo de destinar recursos para o atendimento de municípios paranaenses em situação de Estado de Calamidade Pública ou situação de emergência oficialmente reconhecido.

**Art. 2º** A Linha de Ação de que trata o Art. 1º tem as seguintes finalidades:

I – Instrumentalizar Linha de Ação Estratégica para resposta ágil e eficaz para o atendimento da população idosa afetada em situações de calamidade pública ou emergencial.

II – Captar e centralizar recursos, por meio de doações incentivadas de Imposto de Renda ou doações voluntárias de pessoas físicas e jurídicas, para o atendimento de situações de calamidade pública ou emergencial que afetem a população idosa;

III – Aplicar os recursos, de forma ágil e controlada, no âmbito do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa - FIPAR, aos municípios paranaenses em situação de Estado de Calamidade Pública ou de Situação de Emergência oficialmente reconhecidos.

**Art. 3º** As doações destinadas à Linha de Ação “**Aliança pelo Cuidado - Calamidades Públicas e Emergências**” serão devida ser efetuadas mediante transferência bancária ou depósito bancário na conta oficial do Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR, com indicação da finalidade da doação para atendimento aos municípios paranaenses em situação de Estado de Calamidade Pública ou de Situação de Emergência.

**Art. 4º** Poderão ser beneficiários dos recursos da Ação Estratégica “**Aliança pelo Cuidado - Calamidades Públicas e Emergências**” os Fundos Municipais dos Direitos da Pessoa Idosa de municípios paranaenses que se enquadrem nos seguintes requisitos:

I – Ter Estado de Calamidade Pública ou Situação de Emergência oficialmente reconhecido por Decreto do Governo do Estado do Paraná;

II – Possuir Fundo Municipal e Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa ativos e regulares.

**Art. 5º** O Plano de Ação Emergencial, subscrito pelo Gestor local e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa, deverá conter, de forma simplificada e objetiva:

I – Objeto, metas físicas e financeiras;

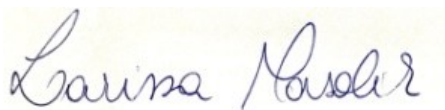
II – Declaração de que os recursos serão aplicados estritamente na resposta ao desastre e em benefício da população idosa.

**Art. 6º** Os procedimentos e mecanismos para viabilizar a doação estão detalhados no **Anexo I – Procedimentos da doação.**

**Art. 7º** Esta Deliberação entra em vigor na data de sua aprovação, devendo ser publicada no Diário Oficial do Estado.

PUBLIQUE-SE.

Curitiba, 14 de novembro de 2025.



**LARISSA MARSOLIK**  
**PRESIDENTE DO CEDIPI/PR**  
**GESTÃO 2025-2027**

## **ANEXO I**

### **PROCEDIMENTOS DE DOAÇÃO (PASSO A PASSO)**

#### **Passo 1: Destinação dos Recursos**

No âmbito das modalidades de execução previstas pela Ação Estratégica “**Aliança pelo Cuidado - Calamidades Públicas e Emergências**”, os recursos provenientes das doações serão aplicados em ações de apoio aos municípios afetados por situações de calamidade pública ou emergência, visando fortalecer a capacidade local de atendimento, proteção e recuperação das pessoas idosas impactadas.

#### **Passo 2: Envio de Ofício ao FIPAR**

A Pessoa jurídica ou física interessada deverá encaminhar Ofício ao Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR, indicando expressamente que a doação será destinada às ações previstas no regramento de situação de calamidade e emergência, no âmbito da Ação Estratégica “**Aliança pelo Cuidado - Calamidades Públicas e Emergências**”.

#### **Passo 3: Dados para Efetivação da Doação**

As doações deverão ser realizadas por meio de transferência bancária ou depósito identificado diretamente na conta oficial do FIPAR, conforme dados abaixo:

- **Fundo:** Fundo Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa – FIPAR
- **CNPJ:** 14.225.701/0001-33
- **Banco:** Banco do Brasil
- **Agência:** 3793-1
- **Conta-Corrente:** 11.545-2

#### **Passo 4: Dos documentos**

Enviar o Ofício com a indicação para a destinação da doação para a Ação Estratégica **“Aliança pelo Cuidado - Calamidades Públicas e Emergências”**, com os dados do doador (Nome/Razão Social e CPF/CNPJ) e acompanhada com comprovante da doação.

#### **Passo 5: Envio de documentos**

A Pessoa Jurídica ou Física deverá encaminhar ao Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa Idosa, por intermédio do e-mail institucional [cedipi@semipi.pr.gov.br](mailto:cedipi@semipi.pr.gov.br), todos os documentos necessários.